

Audiência Pública na Câmara debate "A Cultura como Lugar de Direitos"

Nesta terça-feira (7), foi realizada audiência pública para debater "A cultura como lugar de direitos", uma proposição da vereadora Jô Oliveira (PCdoB), que dirigiu os trabalhos e tendo como secretário Moysés Morays (PODE).

Participaram da mesa da audiência, a secretária de Cultura, Giseli Sampaio, José Cristóvão de Andrade – Pró-Reitor de Cultura da UEPB, Joana Marques – Conselheira de Cultura, Rangel Júnior – Músico e ex-Reitor da UEPB, Luizinho Calixto, sanfoneiro e professora da UEPB, Ronildo Cabral – Companhia de Danças Populares Raízes e Fabiano Raposo Costa – Conselho Municipal de Cultura representando o setor audiovisual.

Olímpio Oliveira (UNIÃO) antes do início da audiência, solicitou um minuto de silêncio em homenagem à Lara, de apenas 11 anos, filha do poeta do forró Petrúcio Amorim. O vereador registrou que mesmo diante da dor que está sentindo, ele vai cumprir os seus contratos no período junino e prestou solidariedade ao artista.

Jô Oliveira (PCdoB), disse que recebeu da sua assessoria uma informação de que, um vereador teria dito que "não participaria da sessão, chamado por essa negra".

"A vereadora reforçou que este é um dos momentos mais difíceis que enfrentou dentro da CASA e que se retirar de um espaço por ser chamado por ela e ainda por uma questão racial, é muito difícil, principalmente porque a cultura está para além de qualquer coisa", afirmou.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Ela falou do seu compromisso com a cultura, considerando a cultura como um lugar que perpassa na perspectiva do direito. Disse ainda que tem dialogado com a população para que se possa construir a cultura de forma coletiva na cidade, mencionando as diversas expressões culturais existentes no município e que ela tem feito esse diálogo, destacando que é muito difícil pensar na cultura como direito se não se pensa no orçamento e em uma organização que passe por um plano, sendo construída e elaborada com todos os setores e também com um conselho de cultura que seja ativo e que faça essa fiscalização.

Também pontuou a respeito do Fundo Municipal de Cultura, o qual as pessoas não têm acesso. Ela exemplificou com o modelo que existe na cidade de Cajazeiras, onde se tem um fundo anual de 200 mil reais e que é aberto um edital, para as entidades se inscreverem, recebendo uma média de 7 mil reais cada. “A gente não tem isso em Campina”. Ela mencionou que essa é uma

das demandas da população, além da realização de concursos públicos.

Ressaltou a importância das expressões culturais que já acontecem que sejam beneficiadas, mas que esta participação seja ampliada. “A gente tem um público que fervilha cultura na periferia de Campina Grande e que não tem acesso a recursos e a editais” – disse. Falou que é importante pensar na política de forma ampla, que atenda a todos os sujeitos, colocando o lugar como fundamental que a cultura política tem, para transformar não só a cidade, mas transformar vidas.

Moyses Morays (PODE) fez um repúdio ao que a vereadora mencionou no início da sessão e ressaltou o mandato brilhante da vereadora. Pontuou que a vereadora tem um mandato que contribui com a cidade de Campina Grande, diante das pautas e das audiências trazidas para a CASA.

PALESTRANTES

Luizinho Calixto, fez uma apresentação com a sua sanfona de oito baixos, ele recebeu uma moção de aplausos da Câmara Municipal. Falou sobre a sua trajetória de músico e do surgimento da sanfona com essa afinação, se referindo ao fole de oito baixos. “O que se sabe é que a Paraíba foi quem gerou a maior quantidade e melhores de sanfoneiro de oito baixos do País” afirmou.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Além disso, ele criou um manual para ensinar a tocar nessa afinação de oito baixos e que já possui mais de 80 alunos pelo país. “Graças a Deus tem causado muito alvoroço no meio dos sanfoneiros e aprendizes. Antigamente era muito difícil tocar o sanfoneiro de oito baixos, mas com o manual tem uma facilidade maior”, concluiu.

Gisele Sampaio – Secretária de Cultura fez uma fala instrutiva para os artistas, produtores culturais e ativistas culturais. Ela registrou que o FUMIC, Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, já está em construção e análise, no processo das tratativas com a Secretaria de Finanças da Prefeitura e em discussão com o Conselho de Políticas Culturais da cidade. Dando parâmetro desse valor, ela disse que tem o Plano de Cultura, já previamente aprovado pelo Conselho. A secretária também informou que na segunda quinzena de julho vai ser realizada a Conferência Municipal de Cultura em Campina Grande no Teatro Municipal, para seguir nas tratativas do plano de

cultura. “Em todas essas dinâmicas nós vamos tratar sobre a aplicabilidade efetiva do FUMIC”, informou.

No que diz respeito à Lei Aldir Blanc, a secretária lembrou que Campina Grande foi a primeira cidade a repassar todo o valor para os artistas, sendo 5 mil artistas contemplados, com a realização de mais de 500 projetos e que todos os editais foram lançados para todas as linguagens artísticas.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

A secretária também falou do Projeto Zabumbalá, realizado em parceria com a UEPB, informando que foi realizado um circuito de lives em que contaram a importância de alguns artistas e que esse ano aconteceu presencialmente. Começando com Biliu de Campina, em seguida Marinês, nesta quarta (8) Diomedes e dia 14, o homenageado será Parafuso, o projeto objetiva salvaguardar a memória e importância da obra dos artistas. O Clã Calixto será um dos homenageados no próximo ano.

Giseli disse que a Secretaria está preparada para atender,

receber e construir juntos a retomada e a construção do produto cultural da cidade.

Olímpio Oliveira (UNIÃO) parabenizou a vereadora Jô Oliveira pela oportunidade do debate e fez uma menção do ano de 2020 e da dificuldade de convencer o poder público municipal a honrar os compromissos financeiros realizados e que o Festival de Inverno ficou na iminência de ficar com o nome maculado no país. O vereador ainda falou sobre a decoração da cidade, que não se parece nem que haverá festa de São João.

Rangel Júnior disse que a cultura recebeu ênfase no debate durante a pandemia, diante da necessidade do financiamento da cultura, ao ponto de acontecer aprovação da Lei Aldir Blanc e de quase por unanimidade da proposta da Lei Paulo Gustavo. Ele destacou que os investimentos no setor vão para além dos produtos artísticos, mas que também representam a geração de emprego e renda e a vida das pessoas. Para encerrar, sugeriu algumas ações à Secretaria, se referindo a possibilidade de aliar o orçamento destinado para as pastas da saúde ou da educação, com a cultura, através de projetos interdisciplinares.

Poeta Cidinho também deu uma contribuição na Tribuna e cantou algumas músicas de sua autoria, com o tema do Maior São João do Mundo. No entanto, o poeta fez uma crítica à falta de investimentos com os músicos da cidade. Ele fez um apelo para que todos conclamem em prol da cultura e também falou do diálogo que teve com Gilbran Asfora, o qual solicitou uma lista dos músicos da cidade. Além disso, informou que o cachê destinado aos músicos, aumentou de 700 reais para 900 reais, no entanto, ainda é um valor irrisório e fez uma crítica aos restaurantes de classe A no Parque do Povo, que não tem as comidas típicas para a população, principalmente para os turistas.

Joana Marques – Conselheira de Cultura fez a sua fala no sentido de demonstrar a necessidade de valorizar os que são

invisíveis na cidade, através da entrega de títulos através da Casa Legislativa. Ela também mencionou que existem outros segmentos que representam a cultura, para além das festividades do São João. A conselheira Joana Marques, também recebeu uma moção de aplausos na manhã de hoje, pelas suas contribuições com a cultura na cidade.

Professor Moisés Alves ressaltou que a educação tem muito a colaborar com a cultura de Campina Grande. “Nós acreditamos em uma nova possibilidade através da educação e cultura” – disse. Ele também fez uma homenagem a Lourdes Capozoli e registrou que as periferias fervem de cultura na cidade. O professor ainda solicitou o retorno do Festival Colegial de Artes. Por fim, registrou pessoas especiais: Nilson Rocha, Fred Ozanan e aos capoeiras e candomblecistas da cidade por todas as contribuições na educação e cultura da cidade.

Fabiano Raposo Costa, do Conselho Municipal de Cultura, representando o setor audiovisual, fez a sua fala no sentido da complexidade da realização de projetos no audiovisual. Ele mencionou que não existe atualmente nenhum incentivo à produção, distribuição e exibição do audiovisual na cidade, nem por parte do poder público, nem pelo setor privado.

Aluísio – produtor cultural da UEPB, falou da FUMIC, dizendo que o que existe hoje na cidade é uma política voltada ao turismo. Ressaltou que os produtores culturais de forma geral, fazem parte de células produtoras de economia. Disse que a cidade já possui diversas estruturas que precisam ser reaproveitadas, não necessitando de mais espaços que segundo ele, servem apenas como cabide de emprego para políticos.

José Cristóvão de Andrade ressaltou que se precisa de vozes e de momentos como este para que a cidade de Campina Grande honre o título da Casa Legislativa. Disse que os dirigentes insistem em excluir as festas culturais, carnavalescas, da cidade, pensando em investir apenas em uma linha religiosa ou teológica, mas que isso é extremamente equivocado. Por fim,

registrou o forró da resistência e outras manifestações populares da cidade.

Guilherme – presidente do Centro Acadêmico da UFCG, fez a sua fala no que diz respeito ao Curso de Arte e Mídia da Universidade Federal de Campina Grande, sendo esse um curso único com potencialidade imensa, mas que não tem nenhum aproveitamento para a cidade. Ele ainda registrou que estão sendo formados profissionais que saem para trabalhar até mesmo em outros países. Por fim, ele tratou do título que Campina Grande recebeu da UNESCO, por mérito do Curso, mas que não existe o aproveitamento devido dos profissionais na cidade.

Ronildo Cabral – Companhia de Danças Populares Raízes, falou a respeito dos espaços para que as pessoas atuem. Ele disse que durante a sua vivência dentro de grupos, esses nunca possuíram local para ensaiar ou guardar seus equipamentos, mesmo com espaços subutilizados na cidade. Diante dessa situação, ele disse que os artistas não possuem onde expor a sua arte e dessa forma acabam ruindo. Ronildo registrou também que o São João foi para esse lado mercadológico, enquanto na cidade pulsa a cultura popular, como o Coqueiro Alto, o Maraca Grande, o Ayan e outros grupos que fazem a história de Campina Grande.

Nathan Cirino –Ele questionou a impossibilidade de realização desse trabalho diante da falta de investimentos e que ele fez três filmes com o seu próprio investimento, rodando mais de oito países, sem nenhum investimento público. Nesse sentido, ele também mencionou que a cultura é muito mais do que 30 dias no mês de junho, ressaltou que existe o cinema, o hip hop, o grafite, o circo e o teatro. “Onde estão esses outros nichos?”, questionou.

Jair Silva – Professor de História e Militante do Movimento Negro de Campina Grande – Discutiu a partir do seu lugar social enquanto intelectual negro que faz parte da luta antirracista há 30 anos na cidade e pontuou que é preciso

fazer da Casa Legislativa um instrumento de luta pelo direito a vida da juventude negra. “Nós estamos no 26º município onde se mata mais jovens negros no Brasil”, afirmou.

Participaram ainda da audiência a Tia Mila, Aparecida Pinto e José Luan, que contribuíram com suas opiniões pela cultura local.

A vereadora Jô Oliveira encerrou os trabalhos agradecendo a todos que contribuíram para o crescimento da cultura em Campina Grande.

Acompanhe tudo que acontece no poder legislativo através do www.camaracg.pb.gov.br ou pelos novos canais no youtube e facebook (camaracg oficial).

DIVICOM/CMCG